

Associação Fundo
Patrimonial
Amigos da Poli

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli (Associação), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.³

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de maio de 2023

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4



Silbert Christo Sasdelli Júnior
Contador CRC 1SP230685/O-0

Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo				Passivo			
	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>		<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.707.586	3.306.631	Fornecedores a pagar		5.000	-
Títulos e valores mobiliários	5	39.119.032	37.174.521	Obrigações trabalhistas	8	59.482	51.730
Outros Créditos		1.424	1.404	Obrigações tributárias		203	-
Despesa com projetos	6	611.052	857.438	Adiantamentos		3.360	-
		<u>45.439.094</u>	<u>41.339.994</u>			<u>68.045</u>	<u>51.730</u>
Não Circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado líquido	7	363	871	Patrimônio Social	9	41.289.135	36.928.512
		<u>363</u>	<u>871</u>	Superávit acumulado		4.082.277	4.360.623
						<u>45.371.412</u>	<u>41.289.135</u>
Total do ativo		<u><u>45.439.457</u></u>	<u><u>41.340.865</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>45.439.457</u></u>	<u><u>41.340.865</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas operacionais			
Doações voluntárias	10	3.164.270	7.507.903
Doações no exterior	10	-	38.109
Trabalhos voluntários	11	551.461	805.528
		<u>3.715.731</u>	<u>8.351.540</u>
Custos operacionais			
Despesas com projetos	12	(1.007.534)	(295.630)
		<u>(1.007.534)</u>	<u>(295.630)</u>
Resultado bruto		<u>2.708.197</u>	<u>8.055.910</u>
Despesas e/ou receitas operacionais			
Despesa de pessoal	13	(297.792)	(274.632)
Despesas administrativas	14	(292.977)	(182.082)
Trabalhos voluntários	11	(551.461)	(805.528)
Tributárias		(196)	(178)
Superávit antes do resultado financeiro		<u>1.565.771</u>	<u>6.793.490</u>
Receitas financeiras	15	2.518.629	188.363
Despesas financeiras	15	(2.123)	(2.621.228)
Resultado financeiro líquido		<u>2.516.506</u>	<u>(2.432.865)</u>
Superávit do exercício		<u><u>4.082.277</u></u>	<u><u>4.360.623</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Superávit do exercício	4.082.277	4.360.623
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>4.082.277</u></u>	<u><u>4.360.623</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.912.602	6.015.910	36.928.512
Transferencia para Patrimonio Social	6.015.910	(6.015.910)	-
Superávit do exercício	-	4.360.623	4.360.623
Saldos em 31 de dezembro de 2021	36.928.513	4.360.623	41.289.135
Transferencia para Patrimonio Social	4.360.623	(4.360.623)	-
Superávit do exercício	-	4.082.277	4.082.277
Saldos em 31 de dezembro de 2022	41.289.136	4.082.277	45.371.412

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Superávit do exercício	4.082.277	4.360.623
Ajustes ao superávit		
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	(1.944.511)	2.611.579
Depreciação	508	834
	<u>2.138.274</u>	<u>6.973.036</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Variação nas contas patrimoniais		
Outros Créditos	(20)	29.651
Despesa com projetos	246.386	(424.141)
Fornecedores a pagar	5.000	(10.364)
Obrigações trabalhistas	7.752	2.833
Obrigações tributárias	203	-
Adiantamentos	3.360	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>2.400.955</u>	<u>6.571.015</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações em fundo de investimento	-	(5.959.480)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(5.959.480)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.306.631	2.695.096
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.707.586	3.306.631
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.400.955</u>	<u>611.535</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli (“Associação” ou “Entidade”), é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com Sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 27 de outubro de 2011, cujas atividades de arrecadação somente foram iniciadas em 2012. Com o objetivo de manter um alto nível de transparência, as arrecadações da Associação são realizadas exclusivamente das seguintes formas: i) depósito identificado para conta corrente de titularidade da Entidade; ii) transferência bancária (TED, DOC ou PIX) para conta corrente de titularidade da Entidade; iii) doação via boleto paga em favor da Entidade; e iv) doação via cartão de crédito, através do site da Entidade (doe.amigosdapoli.com.br), que está vinculado à conta corrente de titularidade da Associação.

A Associação tem como objetivo a promoção da cidadania, bem como o desenvolvimento humano e técnico, sobretudo da comunidade da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (“Poli”), a fim de contribuir para a formação de engenheiros qualificados e conscientes de suas responsabilidades como cidadãos.

Para cumprimento de seus objetivos, a Associação poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

- (a) Apoiar, fomentar e implementar, sob as mais diversas formas, projetos que contribuam para o aprimoramento da formação e dos conhecimentos técnicos dos discentes dos cursos de engenharia da Poli, com ética e respeito ao meio ambiente;
- (b) Apoiar, fomentar e implementar cursos complementares à formação técnica oferecida pela Poli;
- (c) Apoiar, fomentar e implementar projetos de pesquisas, estudos e desenvolvimento de tecnologia que envolvam discentes e docentes da Poli, para que os primeiros tenham acesso à aplicação prática dos ensinamentos obtidos nos cursos de graduação e pós-graduação, e para que os segundos possam atualizar e aprimorar seus conhecimentos e repassá-los aos alunos;
- (d) Apoiar e promover melhorias no espaço físico da Poli, especialmente por meio da criação ou reforma de laboratórios, salas de aulas e demais prédios da Poli;
- (e) Produzir e divulgar informações, conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às áreas de atuação da Poli;
- (f) Apoiar projetos que incrementem os ativos tangíveis e intangíveis da Poli;
- (g) Apoiar projetos que visem o aprimoramento da gestão da Poli;
- (h) Conceder empréstimos para alunos da Poli com vistas a possibilitar sua participação tanto nos cursos de graduação e pós-graduação da Poli como em quaisquer outros complementares a sua formação;

- (i) Celebrar parcerias, convênios e contratos com organizações públicas ou privadas, nacionais ou internacionais para a consecução de seu objeto social;
- (j) Promover o voluntariado;
- (k) Estimular o fortalecimento dos laços entre todos os entes da comunidade politécnica de forma a difundir ideias e projetos que auxiliem o desenvolvimento da Poli;
- (l) Praticar quaisquer ações lícitas, mesmo que não descritas acima, desde que sejam atividades de elevado nível técnico a fim de desenvolver seu objeto social, mediante aprovação do Conselho Deliberativo.

2 Apresentação e elaboração das Demonstrações financeiras

a. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da Entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em específico, o CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos.

Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução no 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução no 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Associação utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de maio de 2022.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designado pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Associação são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Associação atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Associação e, também, a moeda de apresentação.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Associação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 7** - Imobilizado - Taxas de depreciação e valores residuais.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração entende que não há incertezas que comprometam a continuidade das operações e dos negócios da Associação.

c. Mensuração do valor justo

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, a Associação classifica em três níveis as informações (inputs) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, como apresentado a seguir:

- **Informações de Nível 1:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Informações de Nível 2:** são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Informações (inputs) de Nível 3:** são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Os ativos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão classificados no Nível 2.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, classificados na categoria de valor a mercado por meio do resultado, compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Associação na gestão das obrigações de curto prazo.

e. Instrumentos Financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado a valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado a VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao VJORA – instrumento de dívida, ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados na categoria a valor justo pelo resultado.

Outros créditos são classificados na categoria de custo amortizado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- A Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, quando e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Associação não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge.

f. Despesas com projetos

O saldo com despesas com projetos estão relacionados a desembolsos efetuados de acordo com os editais anuais dos projetos selecionados para receber o apoio financeiro. Esses valores são apropriados na despesa no momento em que são apresentadas e aprovadas as prestações de contas dos valores alocados aos projetos. Caso não seja efetuadas ou aprovadas as prestações de contas os valores desembolsados tem de ser devolvidos a Associação.

g. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisões para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Periodicamente, a Associação avalia os itens do seu ativo imobilizado, realizando baixa dos itens obsoletos, danificados ou quando estes não geram mais benefício econômico futuro.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos nas rubricas de “Outras despesas” ou “Outras receitas” no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos fluirão para a Associação e que seus custos possam ser medidos de forma confiável. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, exceto pela conta de marcas e patentes que são adquiridas separadamente e são demonstradas pelo custo histórico e não são amortizadas ao longo do tempo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h. Redução ao valor recuperável - Impairment

Os valores contábeis dos ativos da Associação são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda em relação ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a administração concluiu que não houve necessidade para reconhecimento de perda pelo valor recuperável nas demonstrações financeiras da Associação.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j. Apuração do superávit ou déficit

As receitas de doações são reconhecidas pelo regime de competência, e se originam de doações de pessoas físicas e jurídicas, sendo utilizadas no custeio das atividades da Associação.

As despesas são registradas pelo regime de competência. A receita e despesa financeira são reconhecidas usando o método da taxa de juros efetiva.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre investimentos e ganhos e perdas cambiais. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

l. Passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para riscos - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

m. Trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

A Associação registrou as receitas e despesas com trabalhos voluntários conforme demonstrado na nota explicativa 11.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Associação tinha o saldo de caixa e equivalentes de caixa assim composto:

	2022	2021
Bancos	48.446	58.014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	<u>5.659.141</u>	<u>3.248.617</u>
Total	<u>5.707.586</u>	<u>3.306.631</u>

- (i) Representado por aplicações em fundos de renda fixa de liquidez diária e atrelados à variação do CDI (gestão Itaú). Em 2022, a remuneração média dos fundos de caixa foi de 13,2%, enquanto em 2021 a remuneração média foi de 45,40%.

5 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a alocação de recursos de longo prazo da Associação encontrava-se no fundo de investimentos Alma Mater Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado. Trata-se de um fundo de investimentos criado exclusivamente para a Associação em 10/12/2019.

	2022	2021
Alma MaterFiMult – CredPriv (i)	<u>39.119.032</u>	<u>37.174.521</u>
Total	<u>39.119.032</u>	<u>37.174.521</u>

- (i) Refere-se às aplicações realizadas no fundo exclusivo da Associação. Aberto em 10/12/2019, o fundo é gerido pelo CreditSuisseHedging-GriffoWealth Management S.A., e administrado pelo CreditSuisseHedging-Griffo Corretora de Valores S.A.

A movimentação dos investimentos no fundo Alma Mater FI Multi – CredPriv está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>33.826.620</u>
Entrada de Recursos	5.959.480
Rendimento do Fundo	<u>(2.611.579)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	37.174.521
Rendimento do Fundo	1.944.511
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>39.119.032</u>

6 Despesa com projetos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos para projetos que ainda não tiveram seus gastos comprovados totalizam R\$ 611.052 e R\$ 857.438 respectivamente.

Saldo em 31 de dezembro de 2020 (*)	433.297
Valores aportados em projetos	736.956
Apropriação de despesa (**)	(295.630)
Valor recebido por encerramento de projeto (***)	<u>(17.185)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>857.438</u>
Valores aportados em projetos	823.831
Apropriação de despesa (**)	(1.007.534)
Valor recebido por encerramento de projeto (***)	<u>(62.683)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	611.052

(*) Em 31 de dezembro de 2020 este saldo foi apresentado na demonstração financeira com o valor de R\$ 608.988 na ativo circulante (Contratos de Projetos) e R\$ 175.691 no passivo circulante (Beneficiados a pagar) ao qual está sendo apresentado nesta demonstração financeira para fins comparativos pelo valor netado das contas em função de melhor apresentação.

(**) Apropriação de despesa de acordo com prestação de contas aprovadas no exercício.

(***) Refere-se a valor devolvido a Associação em função de não utilização do recurso no projeto.

7 Imobilizado

		<u>Custo</u>			<u>Depreciação/Amortização Acumulada</u>			<u>Líquido</u>	
	% (*)	2021	Adições	2022	2021	Adições	2022	2021	2022
Equipamento e processamento de dados	20%	5.865	-	5.865	(4.994)	(508)	(5.503)	871	363
Total		5.865	-	5.865	(4.994)	(508)	(5.503)	871	363

		<u>Custo</u>			<u>Depreciação/Amortização Acumulada</u>			<u>Líquido</u>	
	% (*)	2020	Adições	2021	2020	Adições	2021	2020	2021
Equipamento e processamento de dados	20%	5.865	-	5.865	(4.160)	(834)	(4.994)	1.705	871
Total		5.865	-	5.865	(4.160)	(834)	(4.994)	1.705	871

(*) Refere-se a taxa de depreciação utilizada para depreciação

8 Obrigações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Associação tinha o saldo de obrigações trabalhistas, assim composto:

	2022	2021
Provisão para Férias	42.847	28.751
INSS a recolher	4.890	12.161
Outros	390	6.743
FGTS a recolher	1.911	4.025
IRRF a recolher	9.443	50
Total	59.482	51.730

9 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é formado pelo superávit/déficit acumulado da Associação desde sua fundação, conforme expresso no Estatuto Social da Associação. O patrimônio líquido, receitas, recursos e eventual superávit/déficit operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais; sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, beneficiações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

No caso de dissolução da Associação, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra, ou outras pessoas jurídicas sem fins econômicos, qualificados nos termos da Lei no 9.790/1999, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da Associação e que serão determinadas pela Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

Na hipótese de a Associação obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/1999, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da Associação e que será escolhida pela Assembléia Geral, especialmente convocada para decidir esta matéria.

A instituição que receber o patrimônio da Associação não poderá distribuir lucros, dividendos, ou qualquer outra vantagem semelhante a seus associados ou dirigentes.

9.1 Patrimônio Social

O patrimônio social da Associação é constituído pelo superávit acumulado, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit de cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 o patrimônio social da Associação é representado pelo montante de R\$ 41.289.136 (R\$ 36.928.513 em 2021).

10 Receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a composição das receitas operacionais da Associação estava assim composto:

	2022	2021
Doações pessoas físicas	461.434	5.399.480
Doações pessoas jurídicas	<u>2.702.836</u>	<u>2.108.423</u>
Total doações voluntárias	3.164.270	7.507.903
Contribuições do exterior	<u>-</u>	<u>38.109</u>
Total contribuições do exterior	-	38.109
Total receitas operacionais	3.164.270	7.546.012

A Associação recebe doações voluntárias de pessoas físicas e jurídicas, unicamente através das seguintes modalidades: i) depósito identificado para conta corrente de titularidade do Amigos da Poli; ii) transferência bancária (TED, DOC ou PIX) para conta corrente de titularidade do Amigos da Poli; iii) doação via boleto paga em favor do Amigos da Poli; e iv) doação via cartão de crédito, através do site do Amigos da Poli (doe.amigosdapoli.com.br), que está vinculado à conta corrente de titularidade da Associação.

Dessa maneira, garante-se a rastreabilidade e transparência de todas as doações recebidas, que são registradas em uma base de dados proprietária, com controle do saldo de doações realizadas por doador (Pessoa Física ou Jurídica).

Pelo escopo de suas atividades voltadas para o incentivo da melhoria da Educação no Brasil, a Associação conseguiu junto à Secretaria da Fazenda do Estado a imunidade do Imposto Sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) em 31/03/2016, nos termos do artigo 7º do Decreto 46.655/02. Após o vencimento do primeiro reconhecimento, a Associação entrou com pedido de renovação do mesmo em 13/12/2017, e obteve em 19/12/2018 a extensão da validade do reconhecimento de 31/03/2018 até 30/03/2022. O documento que comprova o reconhecimento da imunidade é a “Declaração de Reconhecimento de Imunidade do Imposto sobre Transmissão ‘Causa Mortis’ E Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD” (protocolo nº 51220- 1072139/2017; data do protocolo de 13/12/2017; no do processo IM01312035).

11 Trabalhos voluntários

Os trabalhos e serviços voluntários obtidos, que não geraram desembolsos de caixa para a Associação, referem-se aos honorários de conselhos, remuneração da Diretoria e ao comitê de investimento. A Associação estima que, caso tivesse desembolsado caixa para a obtenção desses trabalhos e serviços voluntários, teria desembolsado aproximadamente R\$ 551.461 (R\$ 805.528 em 2021), conforme demonstrado a seguir:

Honorários (a)	2022	2021
Conselho deliberativo	183.303	239.868
Conselho fiscal	13.981	21.481
Remuneração diretoria	335.537	515.538
Comitê de investimento	18.641	28.641
Total	551.461	805.528

(a) Valor anual calculado utilizando a quantidade de horas de incorridas durante o ano multiplicado por uma taxa horária considerada justa para as atividades correspondentes. Para a definição do valor hora de remuneração dos Conselheiros e Diretores, utilizamos a pesquisa de Remuneração dos Administradores do IBGC, que está em sua 8ª edição e disponível no site: <https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/24531/Remunera%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Administradores%20-%20IBGC%20Pesquisa%20-%202022.pdf>. Nos enquadrados na pesquisa do IBGC pelo tamanho do faturamento de até R\$ 500.000 mil e utilizamos o valor de remuneração do Conselho do 1º quartil. Os valores constam no quadro 9 da página 22 do relatório do IBGC referido acima. Como estes valores constam no relatório de 2022 com relação a 2020, corrigimos o mesmo pelo IPCA acumulado em 2021 (10,06%) e em 2022 (5,78%). Para os membros do Conselho Deliberativo, Comitê de Investimentos e Conselho Fiscal, utilizamos 100% do valor/hora. Para os diretores, utilizamos 60% do valor/hora.

12 Despesas com projetos beneficiados

As despesas com projetos beneficiados ocorrem quando a prestação de contas dos projetos beneficiados é recebida e devidamente aprovada. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo de prestações de contas apresentadas e aprovadas para a Associação está composta conforme abaixo:

Prestações de contas aprovadas	2022	2021
Saldo de Editais em abertos	1.007.534	295.630
Total	1.007.534	295.630

13 Despesas de pessoal

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Associação tinha o saldo de despesas de pessoal assim composto:

	2022	2021
Salário, férias e 13º salário	215.029	200.210
INSS	54.689	48.469
FGTS	16.919	15.206
Benefícios para pessoal	8.960	8.846
PIS	2.195	1.901
Total	297.792	274.632

14 Despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Associação tinha o saldo de despesas gerais e administrativas, assim composto:

	2022	2021
Honorários advocatícios, contábil, administrativo e consultoria	131.691	119.787
Instrução, treinamentos e refeições	63.807	25.007
Outras despesas	5.988	6.830
Despesa de locação	17.391	16.932
Eventos e projetos	64.575	6.624
Licença de uso de softwares	3.695	6.901
Bens de pequeno valor	<u>5.831</u>	<u>-</u>
Total	292.977	182.082

15 Resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Associação tinha o saldo de resultado financeiro assim composto:

Receitas financeiras	2022	2021
Receitas sobre aplicações financeiras	574.118	188.363
Receita sobre títulos e valores mobiliários (*)	<u>1.944.511</u>	<u>-</u>
Total receitas financeiras	2.518.629	188.363
Despesas financeiras	2022	2021
Despesas sobre títulos e valores mobiliários (*)	-	(2.611.579)
Juros passivos	(116)	(20)
Tarifas e taxas	<u>(2.007)</u>	<u>(9.629)</u>
Total despesas financeiras	(2.123)	(2.621.228)
Resultado financeiro líquido	(2.516.506)	(2.432.867)

(*) As receitas e despesas financeiras sobre títulos e valores mobiliários se deve substancialmente a variação positiva de 4,97% do fundo CSHG Alma Mater FI Mult – CredPriv do exercício de 2022 e variação negativa de 7,08% em 2021. Dessa forma em 31 de dezembro de 2022 o rendimento apurado foi de R\$ 1.944.511 (perda de R\$ 2.611.579 em 2021)

16 Aspectos tributários (imunidade e isenção tributária)

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui imunidade quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, conforme estabelecido pela Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997. De acordo com a lei, considera-se “sem fins lucrativos” a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade.

Com relação aos demais tributos incidentes, a Associação possui isenção quanto ao recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS), cujos montantes não recolhidos em virtude dessa isenção são de R\$ 240.485 e R\$ 52.210, respectivamente.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de

serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

17 Contingências

A Associação efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos.

A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis, em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam processos que necessitassem de provisão (perda provável) e ou divulgação em notas explicativas (perda possível).

18 Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 2022 e 2021, a Associação não operou com derivativos.

19 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão. Não houve qualquer evento subsequente que requeresse ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras, além daqueles já incluídos nestas demonstrações financeiras.

Mauro Fukunaga
Diretor Presidente

Veronica Ribeiro Gerlah Paganatto
CRC 1SP267754/O-2
Contadora